



PLANO DE AÇÃO



1. IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino: Colégio Estadual do Paraná

Município: Curitiba

NRE: Curitiba

Coordenadora/or da Equipe Multidisciplinar: William Alberto de Oliveira

Componentes da Equipe Multidisciplinar:

NOMES

Elisane Fank de Paiva
Raquel Aline Zanini
Wagner de Alcantara Aragão
Valdirene de Jesus Ramos Mendes
Cristina Manika
Alex Guidolim Rocha
William Alberto de Oliveira
Candida Apolonia Apisla
Carmelita da Silva Ramos
Lidia Maria Ferreira
Wilson José Vieira
Murilo Cesar Einig
Laerci Jansen Rodrigues Filho
Luciana Paula da Silva de Oliveira
Samyra de Lourdes Stephan
Janine Schneider
André Barroso da Veiga
Paula Andressa de Assis
Janeslei Aparecida Albuquerque
Michele Rodrigues de Lima

ÁREA DE CONHECIMENTO

Professora pedagoga
Professora pedagoga
Comunicação e arte
Professora de linguas
Agente educacional ii
Agente educacional ii
Agente educacional ii
Agente educacional i
Agente educacional i
Agente educacional i
Professor de história
Professor de filosofia
Professor de filosofia
Professora de sociologia
Professora de biologia
Professora de arte
Professora de arte
Professora de sociologia
Professora de lingua portuguesa
Professora de ed. Física

Geraldo Honorato	Professor de arte
Gilson Rodrigo Woginshi	Professor de linguas
Fernando Enrich Pinto Maia	Professor de informática
Vanilza Josefi	Professora de história
Vilma Luzia Doliski de Lima	Professor de filosofia
Eliana Maria dos Santos	Professora de sociologia
Sarah Calonari Lacerda	Estudante
Camila dos Santos Pereira	Estudante
Daniela de Oliveira dos Santos da Silva	APMF
Adegmar j. Silva	Repres. Do movimento social negro

2. JUSTIFICATIVA

Neste item: No Brasil existe a ideia de que o país é caracterizado pela mestiçagem, pela mistura de três raças (branco, negro e índio) e pela inexistência de conflitos étnico-raciais. (QUEIROZ, 2014, p. 386). Ainda, para a autora, as palavras miscigenação, mesclam, tolerância e integração estabelecem o sentido do que se denomina “identidade brasileira” e exclui desse processo as diferenças e os conflitos.

A identidade nacional construída nos coloca, portanto, como um povo mestiço e um país sem conflitos étnico-raciais. A partir das teorias raciais elaboradas para explicar a sociedade brasileira foi construído, pelas elites, um imaginário de que existe um paraíso racial, no qual não há espaços para a discriminação. E como produto desse imaginário foi estabelecido que, em decorrência da mistura biológica das três raças, construiu-se um país da tolerância e da integração étnica. [...] Porém, o que a realidade nos mostra não condiz com esse discurso de igualdade entre as raças. A vida dos povos negros no país é permeada por intolerâncias e discriminações, que muitas vezes se materializam em condição socioeconômica e oportunidades distintas para esse grupo. A partir dessa fábula, o que se produziu e se reproduz são práticas e discursos racistas velados, mas que estruturam as relações sociais no país, pois os papéis sociais de brancos, negros e índios são diferenciados e hierarquizados. (Idem, p. 387).

A filósofa Marilena Chauí (2007) aponta que a sociedade brasileira foi constituída a partir de uma representação homogênea, de uma crença generalizada, de um “mito fundador cujas raízes foram fincadas em 1500.” (p. 9).

Na escola, todos nós aprendemos o significado da bandeira brasileira: o retângulo verde simboliza nossas matas e riquezas florestais, o losango amarelo simboliza nosso ouro e nossas riquezas minerais, o círculo azul estrelado simboliza nosso céu, onde brilha o cruzeiro do sul [...] Aprendemos que somos “um dom de Deus e da Natureza” porque nossa terra desconhece catástrofes naturais (ciclones, furacões, vulcões, desertos, nevascas, terremotos) e que aqui, “em se plantando, tudo dá”. (CHAUÍ, 2007, p. 5)

Existe no Brasil uma crença generalizada que aponta o seguinte: 1) O Brasil é um dom de Deus e da natureza; 2) O povo é pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, e isso mesmo quando sofre; 3) Não possui preconceitos; 4) É acolhedor e que só não progride quem não quer trabalhar; 5) É um país de contraste e plural.

A força persuasiva dessa representação transparece quando a vemos em ação, isto é, quando resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida. É assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os **índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças.** [...] Em suma, essa representação permite que uma sociedade que tolera a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde seu surgimento, pratica o *apartheid* social possa ter de si mesma a imagem positiva de sua unidade fraterna. (Idem, p. 8, grifo nosso).

A ideia de mito é utilizada por Chauí em seu sentido etimológico (*mythos*) enquanto “narração pública de feitos lendários da comunidade” e também em seu sentido antropológico para o qual essa narrativa é apresentada como “solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”. (Idem, ibidem, p. 9)

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. (CHAUÍ, 2007, p. 5)

Ao apresentar a diferença entre fundação e formação Chauí esclarece os elementos ideológicos que perpassam a construção da sociedade brasileira. A formação refere-se aos aspectos econômicos, sociais e políticos que constituem historicamente todas as sociedades e a partir dos quais ocorrem as transformações ou continuidade dos acontecimentos. Já a fundação é a-histórica, está para além do tempo, se refere a um momento do passado distante e imaginário e que por sua vez se mantém presente e atuante no decorrer do tempo.

O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente. (Idem, *Ibidem*, p. 10)

A partir dessa perspectiva, de “uma representação ideológica que serve aos interesses dos que mandam e sempre mandaram em nosso país” e da necessidade de desconstrução dos discursos ideológicos, da apresentação das incoerências que existem na sociedade brasileira procurar-se-á compreender as questões que permeiam as relações étnico-raciais no Brasil, no Paraná e de forma específica no Colégio Estadual do Paraná.

A partir da década de 2000, segundo Marçal (2012, p. 14), políticas preferenciais, políticas de ação afirmativa que passaram a favorecer a população negra são efetivadas no Brasil. Ainda para Marçal, citando Heringer (2006), o momento decisivo para a implementação destas políticas foi a III Conferência da ONU contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerância Correlatas, que ocorreu no ano de 2001 em Durban na África do Sul. A partir da realização desta conferência é que ações concretas são desenvolvidas no sentido de concretizar as ações afirmativas.

Tais políticas decorrem de uma intensa mobilização do movimento negro e indígena que passaram a revelar que apesar da população negra representar cerca da metade da população brasileira os negros e negras acabam não ocupando os cargos de comando e decisão no estado e na sociedade. Segundo o IBGE¹ a população brasileira somava em 2016, 205 milhões e destes mais de 54% se autodeclaravam pardos ou pretos. Porém, ainda para o IBGE², conforme apontado anteriormente, “os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior”.

Mas, o que faz o negro ser negro? Só a cor da pele? Muitos autores vêm se debruçando sobre este tema. Munanga (2009) estabelece três marcadores que auxiliariam para construir o conceito de identidade negra. São os fatores históricos, lingüísticos e psicológicos. O primeiro é considerado o mais importante, porque une diversos povos através de um sentimento de continuidade, daí a importância da busca pela ancestralidade. Essa história comum vêm sendo encontrada nas comunidades religiosas de matriz africana, onde se reproduz, através da oralidade, os mitos de origem.

Como os idiomas africanos foram arrancados de seu povo nas colônias, a linguagem que restou e que serve como algo que marca uma identidade comum é a estética do cabelo, estilos musicais e de danças. E sobre o fator psicológico, se há uma diferença entre o temperamento de brancos e negros, existe pela socialização histórica dos negros através de suas estruturas comunitárias e não por algo biológico como acreditavam os racialistas.

Talvez o elemento de maior coesão que possibilite a negritude seja o sentimento comum de ser excluído de sua condição de cidadania. Mas para tornar esse sentimento em algo transformador, o negro precisa começar aceitando seu próprio corpo,

¹ PNAD-C: Distribuição da população por cor ou raça 2012 – 2016. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>> acesso em: 22 mai. 2018.

² Agência IBGE notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade.html>>. acesso em: 22 mai. 2018.

gostando dele, considerando-o normal, assim como o branco vê a si próprio. A partir desse momento, cada negro ou negra torna-se responsável por recuperar os valores e a história de seu povo que lhes foi arrancada pela diáspora.

Isto porque o imperialismo colonial retirou basicamente duas coisas da África e de seu povo: sua riqueza material e sua história. E um homem sem história não tem identidade. Passa a assumir a identidade que lhe é ensinada. A educação colonial ensina o idioma, a história e a cultura europeia, o negro passa a ser socializado nesse espaço, e considera tudo que for branco como norma, como natural, como normativo. Embranquecer para adequar-se, para sentir-se normal passa a ser uma saída para centenas de negros e negras.

Quando recusa a assimilação precisa voltar às raízes. Muitos autores como Munanga e Nascimento reiteram a importância de intencionalmente voltar-se para a história da África que não se conhece, muitas vezes a escola não está preparada ou vontade política para investir nesse assunto com a dedicação necessária. Afinal, muitos professores não têm domínio desse conteúdo, ainda que a lei que obriga o ensino da história e da cultura africanas nos ensinos fundamental e médio não seja tão recente assim.

Gomes (2017) defende que o movimento negro é capaz de produzir e sistematizar conhecimentos sobre a questão racial brasileira. Faz isso ao ressignificar e politizar o tema raça, tirando-o do espaço da inferioridade e dando a ele um caráter emancipatório. Ultrapassa, portanto, os limites do mito da democracia racial ao mobilizar e reivindicar políticas públicas reparatórias para a população negra, que vive ainda o racismo em seu cotidiano.

A postura política combativa dos movimentos negros deve estar no espaço escolar, enfrentando o conservadorismo e estimulando a inquietude e as possibilidades de novas formas de aprender e de integrar a diversidade racial. É consenso entre os movimentos negros de que a escola reproduz o racismo, tendo em vista que a raça é um elemento estrutural e estruturante da

sociedade brasileira. Justamente por isso e partindo do princípio de que a experiência social gera conhecimento, a autora defende que a escola precisa buscar os movimentos negros para embasar seus projetos pedagógicos que pretendam ser emancipatórios.

Fazendo um breve levantamento histórico dos movimentos negros no Brasil, Gomes revela que no meio do século XX a luta era pelo acesso ao ensino secundário. Demonstrando que a ideia de uma integração real da população negra através da educação não é recente. Com a universalização da educação o movimento negro percebeu que a inclusão não aconteceu, surgindo deste fato, a ideia das cotas.

Para tanto, é necessário que os pesquisadores dos movimentos negros produzam conhecimento sobre a realidade social, descobrindo possibilidades, desenvolvendo inconformismos e por isso mesmo, mudanças na educação e no espaço escolar. Esse é o papel dos movimentos negros e ele precisa ser aproveitado pela escola. Afinal, é o movimento negro quem procura elaborar identidades a partir do desenvolvimento de práticas e de teorias, abrindo espaços nas redes sociais, nas pautas políticas e no fazer pedagógico.

Ouvir a experiência racial, de negros e negras, numa sociedade racializada é possibilitar transformações, é intervir de maneira intencional nas relações sociais do cotidiano escolar. Uma boa atividade, nesse sentido, pode ser compartilhar com os estudantes as experiências de figuras públicas, canais em que jovens negros discutem as questões raciais, denunciam atos de racismo, dão dicas de beleza negra, divulgam arte marginalizada e crítica.

A autora lembra que todas estas questões estão imersas numa sociedade e numa cultura racista e capitalista. Isto é importante na medida em que são muito tênues os limites entre o que é a identidade negra em construção, o que é o estereótipo e o que foi cooptado pelo mercado e transformado em mercadoria.

Já Césaire (2012) salienta que para construir a identidade negra é necessário orgulho de sua condição, fidelidade à herança africana e solidariedade a todos os irmãos negros que a diáspora espalhou pelo mundo. Obviamente defender uma África única, desconsiderar suas diferenças geográficas, populacionais, históricas e culturais é um erro intelectual. Entretanto, há algumas linhas fundamentais que caracterizam este continente como uma civilização. O parentesco, a coletividade, o casamento e o poder.

Para o africano não é a profissão, a classe ou a nacionalidade que o definem, é o parentesco, seja de forma matrilinear ou patrilinear, a relação que se estabelece com o pai, a mãe, os tios e tias é fundamental para que ele saiba qual sua posição no mundo. Existe a primazia dos interesses e ações coletivas em detrimento das baseadas no individualismo desenvolvido no ocidente. O casamento é tão importante para a sociedade africana de modo geral, que não existem papéis sociais para os solteiros, não existe lugar para essa possibilidade. E finalmente, o poder exercido pelos chefes em cada localidade é essencialmente baseado no sangue, portanto, no parentesco e a legitimidade encontra-se no sagrado. Isto não significa, entretanto, que não haja espaço para o debate, ao contrário, leva-se isso tão a sério que se busca a unanimidade e não apenas o apoio da maioria (MUNANGA, 2009).

Toda esta preocupação com a identidade negra é decorrente do racismo. Munanga (2004) esquematiza muito bem os tipos de racismo e de antirracismo presentes na sociedade. Chama de RACISMO UNIVERSALISTA (pq maiúsculo? Texto científico) aquele que existe no Brasil e que pretende embranquecer o Brasil, fazendo o sangue negro desaparecer. O ANTIRRACISMO UNIVERSALISTA dele decorrente, usa o mesmo argumento, se todos somos mestiços o racismo não tem razão de ser. Somos todos humanos. Este antirracismo é considerado racista porque vê na homogeneização cultural algo positivo. Desconsiderando a legitimidade da diferença entre negros e brancos. No Brasil o movimento negro vem lutando por um antirracismo diferencialista.

O autor chama de RACISMO DIFERENCIALISTA aquele encontrado nos EUA e na África do Sul, onde uma gota de sangue torna a pessoa negra e segregada. O ANTIRRACISMO DIFERENCIALISTA dele decorrente quer a manutenção da diferença e o

respeito a elas. Diferenças essas que são culturais, que não devem ser assimiladas ou dissolvidas na cultura branca. Direito em ser diferente e garantia de cidadania.

O Colégio Estadual do Paraná está localizado na região central de Curitiba, porém menos de 5% dos estudantes, segundo pesquisa realizada em 2017³, residem nas proximidades do colégio. A maior parte advém da periferia e região metropolitana. Destes, sob o aspecto de pertencimento racial, 30% se autodeclaram pardos e pretos e menos de 1% indígena.

Se levarmos em consideração que as mulheres são a maioria no Brasil e no CEP representam 64,4% é igualmente relevante sabermos que dados de pesquisas revelam que as mulheres negras sofrem dupla desvantagem social, por serem mulheres e por serem negras. É nesse contexto que se percebe que mais de 70% dessas mulheres continuam presas às ocupações manuais, maioria quase absoluta de empregadas domésticas. Seus salários são mais baixos do que as brancas, do que homens negros e brancos. Ficam por mais tempo desempregadas e quando do ato de recrutamento para uma nova vaga de emprego, muitas são preteridas pelo eufemismo do “boa aparência” ou ainda retiradas das casas pobres das áreas rurais, trabalhando em regimes análogos à escravidão nos centros urbanos.

O racismo e o sexismo agindo de maneira conjunta provocam sofrimentos psíquicos, quedas radicais na imagem que fazem de si mesmas, sentem-se julgadas por não possuir as características que são tomadas como naturais pela sociedade. Ainda que mais da metade da população brasileira seja negra (pretos+pardos), todos os padrões de estética, comportamento, cultura, ancestralidade, arte, história e modo de ver o mundo são brancos.

³ Pesquisa realizada em 2017 com estudantes do CEP. Foram obtidas 2171 respostas de um total de 4604. Todos os percentuais inseridos neste projeto utilizam dados desta pesquisa.

Restando às mulheres negras somente à esperança de ser negra bem adjetivada: “Aquela negra bonita”, “Aquela negra inteligente”... Culturalmente racista, a sociedade brasileira fez acreditar que a beleza ou a inteligência entre negras e negros são características raras, exceção, nunca a regra.

Ainda no campo das pesquisas sociais, existe uma constatação sociológica que as mulheres negras são preteridas pelos homens negros, que preferem as brancas, algumas teses psicanalíticas revelam que inconscientemente o negro deseja clarear seus filhos para evitar o sofrimento racial pelo qual ele próprio passa.

A violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. (SOUZA, p.2, 1983)

Seguindo esta lógica de negar a si mesmo, o racismo faz com que a mulher negra tenha que muitas vezes pagar muito caro ao conviver com uma identidade destituída de prazer (SOUZA, 1983), por causa disso, muitas vezes há a rendição e com ela a solidão. Alguns estudos têm usado do conceito da solidão da mulher negra, que chega a ter alguns relacionamentos, e destes surgem os filhos, mas o companheiro logo a abandona, deixando a seu cargo o sustento de si e das crianças. Estas crianças por sua vez, em seu crescimento psicológico, não vê prazer em seu corpo, porque não é branco, e por isso, falho e imperfeito (SOUZA, 1983).

Por causa dessas especificidades enfrentadas pelas mulheres negras, é que o movimento feminista negro possui algumas pautas diferentes em comparação com as companheiras brancas. É necessária uma série de ações, em diferentes frentes para

diminuir o abismo que separa mulheres brancas e negras. A discussão sobre raça, por exemplo, pode provocar mais processos de auto identificação entre negras e mestiças, o que reforçaria ações coletivas.

Esta luta dentro da luta não possui, de maneira alguma, um caráter divisionista do movimento feminista de modo geral, é preciso escapar desse discurso, tendo em vista que serve apenas para homogeneizar as mulheres e assim, invisibilizar a comunidade negra e suas especificidades. O racismo não é algo acidental que a mulher negra tem que enfrentar vez por outra, é antes, elemento estrutural na sociedade brasileira.

Ainda que o racismo seja estruturante e gere desigualdades concretas, sua linguagem e sua natureza se plastifica de acordo com o momento político, um exemplo vívido é a defesa do “todos somos humanos”, que traz num tom cordial a ideia de que negras e negros não precisariam lutar por nada, a escravidão teria ficado num passado distante e agora a sociedade respeita a todos. Esse argumento é usado por indivíduos que se vêem como antiracistas, entretanto, quer apenas colocar panos quentes e ignorar os privilégios que os brancos chamam de mérito.

A ambigüidade do racismo brasileiro é o principal obstáculo a ser enfrentado pela mulher negra, que precisa elaborar sua dor, porque essa dor provoca uma compulsão à sua repetição, isto significa que curar-se é um processo realmente difícil (SOUZA, 1983). E a escola pública não pode se abster desse papel histórico de provocar o debate, de falar sobre o racismo, de ter coragem para enfrentar as consequências estruturais desse processo.

Porque cada menina negra que passa a se amar, que passa a se olhar no espelho e lentamente deixe de tomar para si o referencial branco, torna-se efetivamente negra, e sua existência individual é um ato político que possui um efeito coletivo, multiplicador não somente da beleza dos traços e texturas, mas do convite imperativo de conhecer o que se passa no movimento negro.

3. OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações que efetivem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena das Leis Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08 com o intuito de promover a convivência democrática no ambiente escolar reconhecendo que somos plurais e que não há uma cultura superior à outra.

4. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Ações Práticas didático-pedagógicas para efetivar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas disciplinas curriculares. (Plano de Trabalho Docente)

O Colégio Estadual do Paraná, conforme apontado anteriormente, historicamente tem contribuído com a educação paranaense com práticas educativas comprometidas com a formação dos estudantes, atendendo à diversidade cultural na busca de uma efetiva educação laica, democrática e de qualidade.

O espaço físico da instituição é privilegiado pela localização no centro da capital paranaense e pelo tamanho da área que disponibiliza para estudantes, professores, funcionários e comunidade. Nesses 170 anos de história, a Instituição recebeu diferentes denominações: Liceo de Curitiba (1846); Instituto Paranaense (1876); Gymnásio Paranaense (1892); Colégio Paranaense Externato (1942) e, em 1943, Colégio Estadual do Paraná (CEP). As variações na nomenclatura da Instituição, desde

a última data, ocorreram por variação na oferta de ensino e pela mudança na identificação e legislação de ensino. O Colégio se destaca no cenário educacional paranaense por oportunizar aos estudantes, professores (as), funcionários (as) e à comunidade em geral inúmeras atividades artísticas, culturais, esportivas, de conscientização ambiental e patrimonial, por meio da Escolinha de Arte, da Coordenação de Esportes, Divisão Educacional, Centro de Memória, Planetário e Observatório.

A proposta de trabalho da Equipe Multidisciplinar está relacionada a uma concepção de educação voltada para a formação do pensamento, da sensibilidade, da reflexão, base para que exista o respeito ao outro. A concepção da Equipe pressupõe a tendência de se superar uma educação tecnicista e instaurar um espaço privilegiado de reflexão e debate acerca das relações étnico-raciais, diversidade sexual, social e cultural.

Ação Mobilizadora de Reconhecimento e Valorização Afro-Brasileira, Quilombola e Indígena. (Extra Classe)

- Propor e desenvolver de ações pedagógicas que tratem das relações étnico-raciais e ao ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena ao longo do período letivo;
- Garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular, segundo o Projeto Político Pedagógico do CEP (2017, p. 50-51) contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena na perspectiva de proporcionar aos estudantes uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica;
- Promover ações com o intuito de romper os preconceitos em relação à cultura africana e indígena, buscando o fim de uma visão estereotipada das populações indígenas, africana e afrodescendente, promovendo a equidade e o respeito;
- Interferir nos possíveis conflitos étnicos presentes no cotidiano escolar, promovendo o diálogo, a capacitação e o respeito às diversidades étnicas, e orientar nos casos que ultrapassam os limites da ação pedagógica da Equipe Multidisciplinar

para que sejam avaliados pelas instâncias competentes;

- Promover a aproximação entre a escola e o Movimento Negro e Indígena, estabelecendo diálogo entre as ações no campo da educação e suas implicações no cotidiano da escola;
- Estabelecer a efetivação do Projeto Político Pedagógico da escola e das Propostas Pedagógicas Curriculares das diversas disciplinas, conteúdos e discussões previstas na atual legislação educacional com relação à educação para a promoção da igualdade étnico-racial e a diversidade sexual;
- Explicitar, conhecer e divulgar as ações afirmativas existentes na sociedade; prevenir práticas de preconceito e discriminação;

Ação de incentivo à autodeclaração: Atividades que possibilitam dar voz e escutar a voz de crianças e adolescentes sobre seu pertencimento étnico-racial (negros e não negros)

- Promover atualização da galeria fotográfica Resistência Negra/ CEP, ano 2018. Multiplicando o número de membros negros da comunidade escolar, dando visibilidade e trabalhando a questão do pertencimento quanto afirmação racial nas dependências do Colégio Estadual do Paraná.

Ações que garantam a participação e atuação multiplicadora dos Agentes Educacionais e Estudantes integrantes da EM

- Valorizar a presença dos/as educadores/as, funcionários/as e estudantes negros/as e indígenas do Estabelecimento de Ensino, promovendo a capacitação, participação e motivação em cursos, palestras e oficinas promovidas pela SEED, IES e outras instituições;
- Desconstruir ações e manifestações de cunho racista e/ou preconceituoso no espaço escolar entre professores, estudantes,

funcionários, pais e responsáveis;

- Socializar com toda a comunidade escolar os conteúdos apreendidos em capacitações, cursos, oficinas e palestras relacionadas à temática das relações étnico-racial e da diversidade sexual;
- Interagir com os/as educadores/as em suas práticas educativas para que promovam a educação para as relações étnico-racial e para o respeito à diversidade no cotidiano da sala de aula, pensando conteúdos, práticas cotidianas e relações entre os sujeitos da comunidade escolar;
- Promover oficinas e palestras durante o ano letivo e nas Semanas Pedagógicas voltadas para a orientação a respeito da temática das relações étnico-racial e da diversidade sexual; organizar atividades de formação e orientação para professoras/es, estudantes, mães e pais, responsáveis e agentes educacionais, com o objetivo de promover o respeito à diversidade;
- Orientar a Secretaria do colégio para que, no ato da matrícula, seja preenchido o item cor/raça dos estudantes de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 156/2004-MEC/INEP, art. 1º, parágrafo 2º, bem como a apresentação de tabulação de dados referentes a este item, justificado pela necessidade de postar dados sobre a representação étnica e identidade dos estudantes, com o objetivo de mapeamento étnico do colégio;
- Auxiliar a Secretaria do colégio para que, no ato da matrícula, seja considerado o Parecer CP/CEE nº 01/09, bem como as orientações da Secretaria de Estado da Educação a respeito do uso do nome social;
- Divulgar para os docentes e Equipe Pedagógica acervo (livros, teses, artigos, dissertações, vídeos, músicas, jogos) disponível na Biblioteca e no Setor Multimeios relacionado à educação das relações étnico-raciais e História e Cultura Afrobrasileira e Indígena; articular Projetos de Extensão com as Instituições de Ensino Superior públicas, privadas, o Movimento Social relacionado à temática para capacitação de diferentes conteúdos em relação à História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena;

- Articular grupos de estudantes compostos pelas diversas modalidades de ensino para atuar como colaboradores nas ações da Equipe Multidisciplinar e multiplicadores de ações voltadas ao respeito nas relações étnico-raciais e a diversidade sexual, social e cultural.

Ações referente ao mês da Consciência Negra: Atividades Culturais e Seminário

- Dar continuidade a Semana da Consciência Negra/ CEP, realizada desde 2016 nas dependências do Colégio Estadual do Paraná, ofertando nos 3 períodos formação quanto a temática garantida por Lei a Equipe Multidisciplinar. A semana está prevista para acontecer entre os dias 19 à 24 de novembro em diversos espaços físicos do CEP.

Ações pedagógicas o assessoramento e monitoramento das EM das instituições de ensino.

CAMPO A SER PREENCHIDO SOMENTE PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DOS NRE.

5. ESTRUTURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

Ações a serem desenvolvidas durante o ano letivo	Encaminhamentos das ações	Responsáveis	Atores Envolvidos	Estratégias utilizadas	Material de apoio	Duração	Resultados esperados
Práticas Pedagógicas em LEM-Espanhol	Preparar-se para uma sociedade com pluralidade étnico-racial.	Profº Gilson Rodrigo Woginski Profª Valdirene de Jesus Ramos Mendes	Estudantes CEP			Meses de setembro a novembro de 2018.	Letrar-se criticamente para as questões de identidade racial.
Leitura e debate do livro: Racismo, sexismo e desigualdade social de Sueli Carneiro.	Compreender como a raça, o gênero e classe social são elementos que geram desigualdades sociais.	Professora Luciana	Estudantes CEP			Setembro	
Análise do debate Gilberto Freire e Florestan Fernandes.	Desconstruir o mito da democracia racial brasileiro.	Professora Luciana	Estudantes CEP			Agosto	
Textos e músicas produzidas por negros.	Discutir o racismo presente no cotidiano e na Indústria Cultural e a reação do movimento negro.	Professora Luciana	Estudantes CEP			Novembro	

Leitura de alguns textos de Munanga sobre identidade racial.	Discutir o processo de branqueamento e o "tornar-se negro"	Professora Luciana	Estudantes CEP			Setembro	
Visita Guiada a Aldeia Araçai.	Conhecer a realidade de uma escola e comunidade indígena.	Professora Samyra	Estudantes CEP			Maio	
Intolerância Religiosa: Candomblé	Debate ministrado com a Yalorixá Yagunã.	Professora Luciana, Vilma, Alex e William	Estudantes CEP			Julho	
CINE CEP: Pantera Negra.	Debate acerca do Filme, contexto e referências culturais.	Professora Luciana, Wilson, William.	Estudantes CEP			Agosto	
Semana da Consciência Negra.	Debates, formações e oficinas.	Toda equipe.	Estudantes CEP			Novembro	
Seminário: Cultura Popular Brasileira.	Debates, formações e oficinas.	Toda equipe.	Estudantes CEP			Outubro	
Oficina de arte moderna de rua com negros.	Oficina prática com debate conduzido pelo artista plástico Rimon Guimarães.	William de Oliveira.	Estudantes CEP			Setembro	

O negro no Cinema Brasileiro.	Cine debate com projeção de curtas nacionais conduzido por convidados na Biblioteca CEP.	Professor Wilson, Elisane e Vilma.	Estudantes CEP.			Agosto à novembro.	
Criação da pagina de conteúdos oficiais da Equipe Multidisciplinar CEP.	Compartilhar conteúdos pertinentes a formação.	William de Oliveira.	Comunidade Escolar CEP.			Toda a gestão.	
Sarau de poesia marginal.	Dar a voz aos jovens para tratar de temáticas acerca do jovem negro brasileiro.	William de Oliveira.	Comunidade Escolar CEP.			Toda a gestão.	
Minidocumentários.	Compartilhar histórias pessoais acerca do racismo.	André Barroso	Comunidade Escolar CEP.			Toda a gestão.	
Grupos de estudos.	Coletivos estudantis de debate acerca da temática étnico racial.	Sarah e Camila.	Estudantes CEP.			Toda a gestão.	
Debate acerca da BNCC e o que reflete sobre as equipes multidisciplinares.	Buscar o entendimento e discussões acerca do trabalho acerca da BNCC.	Elisane e Wilson.	Profissionais do CEP.			Toda a gestão.	

Discussão sobre a implementação de Cotas Raciais e Sociais no CEP.	Oportunizar acesso a uma educação de qualidade na instituição de ensino público com maior reconhecimento do Estado do Paraná.	Toda a equipe.	Comunidade escolar.			Toda a gestão	
Revista Paideia	Contribuir com artigos e pesquisas científicas acerca das questões étnico raciais.	Toda a equipe.	Comunidade escolar.			Toda a gestão.	
Intolerância Religiosa: Umbanda	Debate ministrado com Pai Caetano.	Professora Luciana, Vilma, Alex e William	Estudantes CEP.			Outubro	
Intolerância Religiosa: Umbanda	Debate ministrado com Mãe Lucinda.	Professora Luciana, Vilma, Alex e William	Estudantes CEP			Setembro	
Produção de cartazes sobre a cultura indígena.	Produção gráfica referenciando o estudo científico da antropóloga Lilian Brandt.	Professor Wilson e William.	Comunidade Escolar.			Maió.	
Produção de banners informativos.	Produção gráfica referenciando pesquisas de profissionais da EM.	Toda a equipe.	Comunidade escolar.			Toda a gestão.	

Mulheres negras na literatura.	Palestra com Jarid Arraes.	Professora Janeslei.	Estudantes do CEP.			Agosto	
Hip hop e cultura de rua	O hip hop na dança.	Professora Michele	Estudantes do CEP			Agosto	

6. AVALIAÇÃO

- As atividades da Equipe envolvem planejamento, leitura, encontros presenciais e a distância, oficinas, saraus de poesia etc tendo em vista a formação dos estudantes, professores, funcionários e comunidade.

7. REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 7 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

MARÇAL, J. A. **A formação de intelectuais negros(as): políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Nandyala, 2012.

QUEIROZ, A. M. M. Identidade negra e identidade nacional. In: GAUDIO, Rogata Soares; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **Geografias e ideologias: submeter e qualificar**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora UFMG, 2014.

CÉSAIRE, A. **Diário de um retorno ao país natal**. São Paulo, Edusp, 2012.

GOMES, N. **O movimento negro educador**. Petrópolis, Vozes, 2017.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

ANDRÉ, M. **O ser negro: a construção de subjetividades em afro-brasileiros**. Brasília, Quatro Estações, 2008

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, Selo Negro, 2011.

KON, N. **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo, Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo, Perspectiva, 2017.

SILVA, T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, Vozes, 1996.

SOUZA, N. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

Data: 17/07/2018